

PESSOAS TRANS NO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO CEARÁ

Silmara Peixoto Moreira¹, Luma Nogueira de Andrade².

Resumo: Esta pesquisa teve por objetivo identificar como as pessoas trans (transgênero) privada de liberdade vivenciam a realidade do sistema prisional do Estado do Ceará. A pesquisa tinha inicialmente a CPL III (Prof. José Jucá Neto III) como campo, no entanto, com a transferência dos/as sujeitos/as dessa pesquisa para a Casa de Privação Irmã Imêlda Lima Pontes, localizada no município de Aquiraz-CE, tornou-se o nosso campo de pesquisa. Na Penitenciária Irmã Imêlda é desenvolvido um projeto de acolhimento aos/as sujeitos/as deste estudo, no caso as pessoas trans em situação de privação de liberdade. Essa pesquisa teve por objetivos específicos responder questões do tipo: Qual o tratamento destinado as pessoas trans no sistema prisional do estado do Ceará? As matérias produzidas se aproximam da realidade vivida por estas pessoas? Quais as reivindicações das pessoas em questão? Estabelecemos neste estudo um diálogo com autores como Foucault (1994;1993), Certeau (1994), Louro (1998; 1997) e Geertz (1997).

Palavras-chave: Pessoas Trans; Privação de Liberdade; Estado do Ceará.

INTRODUÇÃO

Estas experiências são oriundas do Projeto de Iniciação Científica, PIBIC/UNILAB “Pessoas Trans no Sistema Prisional”, que teve por objetivo identificar como as pessoas trans privada de liberdade vivenciam a realidade do sistema prisional do Estado do Ceará. Inicialmente tínhamos como campo a CPL III (Prof. José Jucá Neto III), localizada no município de Aquiraz-CE, onde era desenvolvido um projeto de acolhimento às pessoas LGBTT em situação de liberdade, no entanto, essas pessoas assim que inaugurado a Unidade Prisional Irmã Imêlda em julho de 2016 foram transferidas para a mesma. Em entrevista para o Sputnik, o secretário da justiça e cidadania do estado do Ceará Hélio Leitão falou que a experiência tem por objetivo de humanizar o sistema prisional.

Essa ideia surgiu, porque esse público em regra é vulnerável, que pela sua especificidade carece de um tratamento penal diferenciado, que respeite essas diferenças. Em regra, essa população LGBTT já fica isolada da massa carcerária, onde frequentemente são vítimas de abusos. (Entrevista para Sputnik Brasil, 2016).

A unidade prisional Irmã Imêlda não é destinada apenas ao público LGBTT, atende também pessoas com deficiência físicas, idosos/as e pessoas que respondem a lei

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, curso de Sociologia, e-mail: lanaisilmara@gmail.com

² Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, e-mail: luma.andrade@unilab.edu.br

Maria da Penha. Dediane Souza inicialmente havia nos informado que o GRAB (Grupo de Resistência Asa Branca) recebe reclamações diárias de violência contra a população LGBTT em privação de liberdade, assim como a Tina Rodrigues (presidenta da Associação das Travestis do Estado do Ceará-ATRAC). As violências denunciadas vão desde estupro as pessoas travestis e transexuais, o não reconhecimento da identidade de gênero e da negação do tratamento das pessoas que vivem com HIV/Aids dentro do sistema prisional.

Quando nos inserimos no campo, a unidade prisional Irmã Imêlda já havia sido inaugurada e as pessoas sujeitas da pesquisa foram transferidas para a mesma, o que não nos permitiu conhecer a CPL III, anteriormente prevista como campo de pesquisa. A partir da inserção no campo na U. P Irmã Imêlda, da observação participante que pudemos conhecer com as narrativas das sujeitas do estudo as suas vivências na referida Unidade (CPL III) e a nova (Irmã Imêlda). Diante desta perspectiva buscamos estudar os/as sujeitos trans como uma construção histórica e cultural, correlacionando comportamentos, linguagens, performatividade, crenças, modo de ser e ambientes em que se encontram e pretendemos inicialmente responder questões do tipo: Qual o tratamento destinado às pessoas trans no sistema prisional do estado do Ceará? Quais as reivindicações das pessoas em questão?

Dentro da U.P Irmã Imêlda há gays, bissexuais e travestis e trans por isso a sigla usada para esse público dentro da unidade é GBTT. As lésbicas cisgênero e os homens trans ficam na CPL feminina, porém não tive a oportunidade de averiguar, o que se faria necessário um outro projeto de pesquisa destinado para os homens trans. Por esse motivo concentramos a pesquisa apenas nas mulheres travestis e trans.

METODOLOGIA

Algumas pesquisas incursionam quase com a missão de fazer o mapa local, outras retornam precedidas de outras incursões para propor novas questões e examinar aspectos ainda não contemplados, (GEERTZ, 1997). Como pretendemos também descobrir o ponto de vista dos “nativos”, entendemos que para este trabalho faz-se necessário um método de pesquisa qualitativa que apresente características específicas, no caso a metodologia do tipo etnográfica utilizada pela Antropologia. Desta forma consideramos a etnografia o método que melhor permitirá pela inserção do/a pesquisador/a, a compreensão do que ocorre nos campos de estudos em relação as pessoas trans para além do que é exposto pela mídia e instituições disciplinares, pois a convivência no lugar da pesquisa permite desvendar suas subjetividades.

O etnógrafo nas Ciências Sociais ao pretender compreender, tem para isso que viver dentro do contexto em análise, apesar de não se transformar num autóctone. Assim, a etnografia supõe um período de permanência no terreno, cuja vivência é materializada no diário de campo, e em que o instrumento principal de recolha de dados são as pessoas e o lugar do investigador, através de um procedimento geralmente designado por *observação participante*. (Caria, 1999b: 2000d).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acompanhamos algumas atividades coletivas realizadas dentro da penitenciária proporcionadas pela Coordenadoria de Políticas Públicas para LGBTT do estado do Ceará e do município de Fortaleza em parceria com a ATRAC e, percebemos através dos relatos de experiências das sujeitas como elas chegaram até a U. P Irmã Imêlda

Não havia militância LGBTT na CPL III nós travestis e trans quando chegávamos os nossos cabelos eram cortados e isso afetava diretamente não só nossa cidadania como nossa autoestima, além das invasões em suas celas pelos policiais quando iam fazer vistoria, a gente tinha que tirar a calcinha porque se eles nos vissem vestidas com acessórios ou roupas femininas a gente apanhavam. (Diário de campo, 2017).

Esse relato de uma das interlocutoras em privação de liberdade mostra como era o tratamento na CPL III, por causa dos maus tratos a comunidade LGBTT começou a se organizar em 2014 dentro da unidade e fizeram um abaixo assinado para que não fossem cortados os cabelos das trans e das travestis, pois em algumas vezes alguns policiais até obrigavam elas cortarem o cabelo uma das outras o que era motivo de mais constrangimentos para elas. A Tina Rodrigues e a Paula da ATRAC em um desses momentos de partilha comentaram que por elas lutarem contra esse ato era ameaçadas até de morte, pois enfrentavam essas normas do sistema, reivindicando o direito de cidadania das travestis e das trans no sistema prisional. Segundo relato delas depois dessa militância a comunidade TT começou a ficar mais vulnerável dentro da CPL III, porque elas passaram a incomodar o que as colocava ainda mais em situações de ameaça que se intensificou com as rebeliões e as mortes ocorridas em 2016 com detentos/as. Com as constantes reivindicações foi inaugurado a Casa de Privação Irmã Imêlda e a população GBTT que se encontrava na CPL III foram transferidos/as para esta.

CONCLUSÕES



Através da observação participante percebemos que as mulheres trans e travestis apesarem de estarem privadas de liberdade sentiam-se bem ao terem seus nomes sociais respeitados, o que contraditoriamente causava uma sensação de liberdade para elas, mesmo estando em privação de liberdade. Por poderem usar nos momentos de atividades, roupas do seu agrado (todas até adaptavam o uniforme da penitenciária para ficarem mais colados no corpo), como também acessórios para cabelo, mãos e algumas usavam pircing, mas o que as deixavam mais contentes era permanecerem com seus cabelos longos. Elas elogiaram muito o trabalho desempenhado pela Lídia (diretora) e pela Raissa (psicóloga) da penitenciária e falaram que agradeciam por estarem no Irmã Imêlda e não mais na CPL III, onde elas não tinham perspectiva de nem saírem vivas daquele local, quanto mais de terem sua dignidade respeitada.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Direção da Casa de Privação de Liberdade Irmã Imêlda e a SEJUS (Secretária da Justiça e da Cidadania do estado do Ceará) pela parceria como também as coordenações LGBTT do município de Fortaleza e do estado do Ceará. Agradecemos a ONG ATRAC (Associação das Travestis do Ceará) e o Babado Solidário. Em especial, agradecemos a todas as comunidades LGBTT privada de liberdade do estado do Ceará, dedicamos esse trabalho a vocês.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. (Org.). **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004. BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: arte de fazer**. Petrópolis- RJ: Vozes, 1994.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa/Clifford Geertz**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis-RJ: Vozes 1997.
- FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e Prisões: A experiência social e a materialidade do sexo e do Gênero sob o Lusco-Fusco do Cárcere**. Porto Alegre, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 11ª ed. Rio de Janeiro, edições Graal, 1988a.

_____. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

_____. Archirio Foucault (Vol. 3: Esteticadell'esistenza – A cura di Alessandro Pandofi). Milano: Feltrinelli, 1993. LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

MAC NA GHAILL, M. **Deconstructing heterosexualities within school arenas**. *Curriculum Studies*. Vol. 4(2), 1996.

MAGNANI, J. G. Horizonte Antropológicos, Porto Alegre, UFRGS, IFCH, Programa de pós-graduação em Antropologia Social. PPGAS, ano 15, n. 32, 2009. PRIORE, Mary del; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. A Sexualidade e Escola. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; QUADRADO, Raquel Pereira. (orgs). **Corpos, Gênero e Sexualidade: questões possíveis para o currículo escolar**. Caderno Pedagógico – Séries Iniciais. Rio Grande: FURG, 2007.

SILVA, Hélio R. S. Horizontes antropológicos. UFRGS. IFCH. Programa de pós-graduação em Antropologia Social. Ano 15, n. 32. Porto Alegre: PPGGAS, 2009. WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SPUTNIK, Brasil. 2016, Disponível em:

<https://br.sputniknews.com/brasil/201608236122892-presidio-ceara-detentos-homossexuais-contra-violencia-sistema-carcerario/> acessado em fevereiro de 2017